

DEBATE

SETEMBRO
76



23



408.8785

O VOTO-PROGRAMA NAS MUNICIPAIS

Em 1974 os militantes reunidos em torno da Plataforma para a união dos comunistas definiram com justeza os critérios de sua participação no processo eleitoral: tratava-se essencialmente de apoiar aqueles candidatos que defendessem consequentemente um programa democrático, que se opusessem claramente à ditadura, tratava-se de fazer da campanha eleitoral uma frente de luta de massas e não mera disputa de votos entre o partido do governo e o partido da oposição tolerada. Esta nossa posição exposta em profundidade no editorial de DEBATE-17, tornou-se conhecida como voto-programa. Na esquerda, ela se opunha tanto ao ceticismo impotente do voto nulo quanto ao reboquismo do apoio incondicional ao MDB. O acerto desta tática se traduziu no fortalecimento político dos comunistas da Plataforma, no estreitamento de suas ligações com o movimento de massas e na clarificação das tarefas da frente antiditatorial. Os democratas verdadeiros - aqueles dispostos a levar até o fim a luta contra a ditadura - definiram seu modo próprio de participação na luta "legal", isto é, na luta em torno das instituições toleradas ou criadas pelo regime. Com efeito, através do voto-programa, os comunistas e todos os democratas de vanguarda intervinham no processo eleitoral (isto é, no quadro institucional do regime) sem no entanto contribuir à sua "legitimação" (o que ocorre com os que preconizam apoio incondicional ao MDB, pois ao fazê-lo estão implicitamente admitindo que a oposição tolerada é uma real oposição ao regime).

Defendida com sucesso pelos comunistas da Plataforma em 1974 a tática do voto-programa justamente por constituir resposta concreta a uma situação concreta, não pode ser transposta automaticamente a todos os processos eleitorais organizados pelo regime. Como qualquer tática, com porta vantagens e riscos, permite utilizar a fundo as contradições do regime, mas oferece flanco tanto a manobras políticas dos líderes burgueses do MDB (que são, queiramos ou não, os principais beneficiários de um sucesso eleitoral da oposição consentida) quanto às investidas do terror fascista (que trata de transformar a campanha eleitoral em arapuca de revolucionários).

Donde a importância na formulação da tática dos comunistas e de todas as forças revolucionárias da democracia para as próximas eleições municipais, de determinar as particularidades da situação atual e notadamente: (1) em que medida o caráter municipal das próximas eleições influí seja no sentido de favorecer, seja no de dificultar a aplicação da tática do voto-programa? (2) de que maneira a evolução da situação política nacional modificou as condições, o alcance e o significado desta tática?

As eleições municipais: caráter local e caráter plebiscitário.

De maneira geral a participação dos comunistas no processo eleitoral visa (1) alargar o campo das lutas "legais", ou, o que vem ao mesmo, travar a luta de massas também no interior das instituições criadas ou toleradas pelo regime ditatorial; (2) evitar que o processo eleitoral seja monopolizado pelos partidários do regime e pelos elementos conciliadores da oposição; (3) enviar às assembleias oriundas do sufrágio universal bem como aos postos executivos de âmbito local (prefeituras) elementos comprometidos com a causa da democracia - isto é, com a causa do povo; (4) utilizar o voto como forma - extremamente limitada, de resto - de repúdio ao regime e em geral ao estado de coisas existente no país. Estes objetivos não são necessariamente compatíveis uns com os outros. Assim, o segundo e o terceiro podem perfeitamente entrar em contradição com o quarto: querendo a todo custo inflingir uma derrota eleitoral ao regime, certas correntes da esquerda (aquelas que preconizam apoio e voto indiscriminado no MDB) acabam favorecendo a oposição burguesa, como o fez em 1974 e está reincidindo com o mesmo ardor conhecido órgão de nossa esquerda que não hesita em apresentar "novembro 1974", como a "resistência nacional" contra a ditadura! Resistência tão irresistível e podendo levar a tão tremendos cataclismas políticos que a mesma publicação lança patético apelo aos Ulisses Guimarães, Franco Montoro e outros chefes do MDB, conclamando-os a não "temerem uma vitória eleitoral esmagadora contra a ditadura", nem "as ameaças desta de 'virar a mesa' no caso de perder". "O regime, concluem, não tem condições de sair ileso de uma nova e maior derrota eleitoral". Esperemos ao menos que a esquerda tenha condições de sair ileso desta nova e maior vaga de cretinismo parlamentar.

Todo o problema com efeito está em determinar que objetivos se perseguem num processo eleitoral como este. Não há dúvida de que uma vitória "esmagadora" ou não-esmagadora do MDB agravará as contradições no interior do regime e das classes dominantes. Mas tampouco pode haver qualquer dúvida de que a direção do MDB, que vem, por todos os meios, inclusive alguns bastante desonrosos, cerceando a ação dos elementos mais lutadores dentro da oposição tolerada, impondo como candidatos elementos descomprometidos com a causa do povo e dispostos a todos os compromissos, utilizará seu possível sucesso eleitoral como instrumento de barganha no sentido de obter do governo ditatorial novas concessões liberais em troca do apoio à "união nacional" isto é, à união dos políticos do MDB com os da ARENA em torno do "presidente" Geisel. Votar no MDB é, sem dúvida, dizer "não" ao estado de coisas existente no país. Mas é também dizer "sim" aos chefes burgueses da oposição tolerada e à sua política de conciliação com a ditadura. Os oportunistas de direita só enxergam o lado positivo da questão. Os esquerdistas só enxergam o lado negativo da questão. Ambos são politicamente caolhos, ambos adotam uma posição levando em conta apenas um lado e não todos os lados do problema. É importante que o povo diga "não" ao regime em novembro próximo? Evidente que sim. É importante (para quem não perdeu a perspectiva da democracia verdadeira, da revolução, do socialismo, do comunismo) que a luta pela derrubada da ditadura não seja rebaixada, desviada de seus objetivos, a mesquinhada por aqueles "opositores" que estão abertamente pregando a conciliação? Evidente que sim. Então nós, democratas verdadeiros e verdadeiros comunistas, estamos diante de uma contradição: achamos impor -

tante que o povo diga "não" ao regime votando no MDB, mas achamos mais importante ainda que o povo não seja enganado e não pense estar votando contra a ditadura quando na realidade estaria votando apenas na conciliação com a ditadura... Como resolver esta contradição? Decidindo o que é principal: a vitória da oposição consentida sobre o partido governamental ou a mobilização democrática de massas em torno de candidatos comprometidos com a causa do povo. O principal para nós (e para todos aqueles que não estão a reboque dos "moderados" do MDB) é contribuir para a mobilização das massas populares na luta pela democracia. Por isso não podemos apoiar indiscriminadamente todos os candidatos do MDB: não damos cheque em branco à oposição consentida. Não nos é indiferente o conflito entre fascistas e liberais (de direita e de centro) pelo controle das grandes alavancas da máquina estatal. Não praticamos a política do "quanto pior, melhor". Achamos que a vitória do MDB constituirá uma derrota política do fascismo. Mas por estarmos profundamente convencidos de que a derrubada da ditadura não será a simples somatória das derrotas eleitorais do terrorismo militar a serviço do Grande Capital, não podemos em nome do caráter "plebiscitário" que assumiria o pleito de novembro, sacrificar a independência política das forças revolucionárias da democracia pondo-as a reboque do liberalismo burgues.

Toda e qualquer eleição comporta, direta ou indiretamente, um aspecto plebiscitário. Nunca se vota somente na pessoa do candidato ou somente na legenda do partido a que ele pertence. Votando neste indivíduo (e não no outro), nesta legenda (e não na outra) se estará sempre dizendo não a alguém ou a alguma coisa. É nesta "profunda" descoberta que reside a argúcia dos oportunistas de direita: quem votar no MDB não estará votando na ARENA, portanto estará dizendo não à ditadura. O MDB, nesta perspectiva, seria o partido da luta contra a ditadura e a ARENA o partido da ditadura; e um grande sucesso seu em novembro, uma "vitória eleitoral esmagadora contra a ditadura". Através pois de duas teses obscurantistas, confusionalistas e desonrosas para quem se pretende marxista e revolucionário (1) o MDB é um partido de luta contra a ditadura; (2) as eleições municipais de novembro são um plebiscito no qual o povo responderá à questão "a favor ou contra a ditadura", os oportunistas de direita recomendam apoio integral e incondicional a todos os candidatos a vereador e prefeito lançados na sigla da oposição consentida, sejam eles adesistas, moderados ou autênticos. Para eles, votar num adesista, votar num elemento inteiramente desvinculado das massas, as vezes mesmo conhecido como corrupto quando não como ligado à repressão (os Chagas Freitas, os Clemens Sampaio e outros candidatos de "luta contra a ditadura" apoiados pelos oportunistas de direita) é dizer "não" à ditadura.

A posição dos comunistas da Plataforma se fundamenta, ao contrário da dos oportunistas de direita, em que (1) o MDB é a organização política da oposição consentida e (2) as eleições municipais de novembro não assumem diretamente um caráter plebiscitário. A primeira destas teses dispensa comentários. A segunda se baseia tanto numa apreciação da natureza específica das eleições municipais como tais quanto nas condições políticas do processo eleitoral em curso, em particular tendo em vista as graves restrições à liberdade de expressão impostas pela "Lei Falcão" (que entre outras coisas veda o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão).

No que à natureza das eleições municipais se refere, é desnecessário salientar que sem em absoluto aceitar a tese reacionária de que se trata de eleições meramente plebiscitárias (e portanto não se pode dizer nem sim nem não) a mobilização eleitoral é uma luta política.

de eleições "apolíticas" (nenhuma eleição é "apolítica") não se pode ignorar sua vinculação estreita com os assuntos e problemas locais e portanto com o conhecimento em média muito maior que tem o eleitor das qualidades individuais do candidato. Por isso mesmo elas põem em evidência, muito mais que as eleições para os parlamentos estaduais e nacional, o grau de vinculação de cada candidato com as instituições locais (associações sindicais, de amigos de bairro, culturais, esportivas, etc.) e portanto sua real capacidade de exprimir os problemas e aspirações do meio social que pretende representar. As eleições municipais constituem, neste sentido, uma ocasião excepcional para se desenvolver uma política direta de massas, para mobilizá-las em torno de seus interesses verdadeiros e não como massa de manobra nas negociações entre as diferentes correntes da burguesia. Aconselhar as massas a votar em adesistas ou moderados teleguiados em determinado município pela direção nacional da oposição consentida é se por a serviço desta. Não é lutar pela derrubada da ditadura, é "lutar" pelo pretense "aprimoramento" do regime. Nem mesmo a disputa das prefeituras terá caráter diretamente plebiscitário, já que cada legenda poderá apresentar dois candidatos à chefia de cada um dos executivos municipais. (Ao passo que em 1974, como o salientamos no editorial de DEBATE-17, as eleições senatoriais assumiram caráter diretamente plebiscitário).

Seguir nosso próprio caminho.

x
Em Cubatão (Estado de São Paulo) e em Marechal Rondon (Estado do Paraná) Geisel declarou que "contrariamente a muita gente que acha que as eleições municipais não têm importância ou têm importância apenas local", estava "convencido do contrário, de que as eleições municipais terão grande importância para o futuro político do país". "É importante que a ARENA vença essas eleições porque mais tarde eu vou precisar dizer que a ARENA dispõe da maioria dos votos dos eleitores do país", acrescentou. Tanto como a esquerda, a direita e o centro não parecem estar de acordo a respeito do caráter plebiscitário das eleições de novembro. O MDB e vários setores da ARENA têm, ao contrário do chefe do Estado, negado este caráter. É o caso de Jarbas Passarinho (cada vez mais abertamente comprometido com a ala fascista do regime) que de qualquer modo considera "extremamente improvável" uma derrota da ARENA, (Estado de São Paulo de 20-VII-1976). Vale dizer: vamos ganhar mesmo, mas não damos importância alguma às eleições. O que de resto é inexato, como o comprova a vaga de atentados terroristas cometidos por provocadores fascistas diretamente ligados a Garrastazu Médici e a seus acólitos: os fascistas não querem eleições, ainda que com a vitória da ARENA, porque favorecem a "normalização" do regime sobre a base de um compromisso entre o aparelho militar e a alta burguesia liberal, com a participação do MDB, cujo poder de barganha seria função de sua representatividade eleitoral. Para o MDB, aliás, a questão é bastante delicada: uma sua vitória "esmagadora" levaria o governo ditatorial a compor com a ultra-direita para endurecer ainda mais o regime; uma derrota enfraquecê-lo-ia. Donde sua provável preferência por uma vitória "moderada" (afinal, trata-se de um partido onde dominam os moderados). É o único ponto onde não estão em desacordo com os oportunistas de direita de nossa esquerda, que não escondem sua excitação face à perspectiva de "esmagar" a ditadura... com o "rolo compressor" do voto.

Negando ou afirmando o caráter plebiscitário das próximas municipais torcendo muito ou pouco pela vitória da legenda governamental ou da legenda da oposição consentida, os diferentes protagonistas da luta política estão (explícita ou implicitamente) de acordo em reconhecer sua importância. Outro não é o sentido da ofensiva em pleno desenvolvimento da ala fascista das Forças Armadas que não se reduz às bombas na ABI, na OAB e no CEBRAP (visando claramente atingir os setores moderados da oposição) mas inclui pronunciamentos políticos como o de Garrastazu Médici em Viçosa (onde o apelo à "luta sem trêgua contra a subversão" se combinou a raivosos ataques contra a oposição liberal) e uma série de pressões bem orquestradas cujo objetivo é impedir a realização das eleições. Procurando deter a nova arremetida dos fascistas a direita liberal não tem hesitado em identificá-los (ainda que diplomática e eufemisticamente) a Garrastazu Médici. Assim, o Estado de São Paulo retrucou em nota editorial ao discurso feito em Viçosa pelo porta-voz do terror militar, observando que "resta fazer o inventário dos benefícios que a coletividade nacional auferiu da linha dura vigente sob sua administração. Não teria sido preferível o diálogo com a opinião liberal e democrática do país ao clima repressivo que se criou, a política de portas fechadas para a institucionalização do regime, de subalternização do Judiciário e do Legislativo, de hostilidade bravia contra a juventude estudantil e de coerção aberta contra os mais tímidos ensaios do sindicalismo brasileiro?". "Que resultado nos trouxe essa ruptura, se não o adiar das soluções que a Revolução se propunha a dar à problemática institucional, estudantil, sindical e política do país, adiamento que dia a dia as torna mais difíceis". A direita liberal e os moderados do MDB são gratos a Geisel por ter enfrentado politicamente esta "problemática" que Garrastazu Médici queria resolver somente com a tortura.

Por maiores que sejam as limitações impostas pela ditadura militar terrorista a serviço dos monopólios à livre expressão da soberania popular através do sufrágio universal, por mais falsificado que seja o atual sistema de partidos - que veda às forças revolucionárias da democracia o direito elementar à organização política independente - por grandes que sejam as vantagens que tira o regime desta paródia de consulta à vontade do povo - posto que, com um mínimo de risco, assegura-lhe uma certa "legitimação" - , ainda assim, a defesa da realização das eleições constitui um dever para todo democrata conseqüente, para todo revolucionário. Porque não pode haver dúvida alguma em que nossos piores inimigos - os fascistas torturadores - estão tratando, por todos os meios, de impedi-las.

A ninguém escapou a significação das manifestações populares quando do enterro do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Hoje, no Brasil, a luta pela liberdade é uma luta de massas. Seria indigno de nós comunistas conseqüentes, rebaixar esta luta para "ganhar plebiscitos". Sob a legenda do MDB apresentam-se muitos democratas corajosos, dispostos a honrar seu mandato como o fez - para lembrar um exemplo recente - o hoje cassado Lysâneas Maciel. Não os apoiaremos, não votaremos neles porque são do MDB, mas porque estarão dispostos a lutar contra a ditadura. Como em 1974, não nos conformaremos ao dilema eleitoral imposto pelo regime, mas seguiremos nosso próprio caminho que é o da ação das massas na defesa de suas grandes aspirações. Para utilizar com conseqüência o voto-programa cumpre completá-lo pelo voto nulo. Apoiaremos a campanha de massa dos candidatos democratas, denunciaremos às massas os carreiristas, adeptos e conciliadores do MDB. Não contribuiremos assim para que a votação deste seja "esmagadora". Mas o essencial é dar caráter revolucionário à luta das massas pela liberdade.

OS COMUNISTAS, A DITADURA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

PEDRO ALVES

I- De uma eleição a outra (1974 - 1976)

A primeira grande diferença entre o período que precedeu as eleições de 1974 e o período que vivemos hoje, é dada pelo próprio resultado das eleições de 1974. Não foram poucos os que atribuíram a derrota de 1974 à ARENA e ao governo Médici, isentando dela o governo Geisel, que tentava mostrar-se como o governo da campanha, como se ele pudesse estar acima de seu resultado.

Hoje o governo inicia a disputa de votos declarando-se abertamente o governo da ARENA e postulando: "a ninguém será permitido tirar partido da conjuntura política com o fim de contestar a Revolução". (Jornal do Brasil, 4-3-76, Editorial).

Ninguém mais duvida que a ditadura não poupará esforços para impedir que se reproduza o mesmo clima que favoreceu a vitória do MDB. Mas o que mudou de lá para cá? Por que o general Geisel empenha-se pessoalmente (expondo o poder executivo a uma derrota eleitoral) tão a fundo na campanha? Por que imprimiu à campanha municipal um caráter inconfundível - mente nacional? Por que declarou que a ARENA precisa ganhar, não só em quantidade de Câmaras e Prefeituras, mas em quantidade de votos do MDB somados com os nulos e brancos? Por que o poder Executivo, que até hoje e sobretudo desde 1968, tentou sempre aparecer como a-político, é o agente principal da propaganda diretamente política e eleitoral do governo? Por que após dois anos de retrocesso da "distensão", o governo insiste em comprometer-se com o cumprimento do calendário eleitoral até 1978? Por que, em suma, as eleições são tão importantes para o regime?

Seria típico do mais agudo cretinismo parlamentar, acreditar que a sobrevivência do regime está condicionada ao resultado das eleições. Se assim o fosse, ele não seria o que é, um regime militar e ditatorial, que exerce o poder através do terror e fundamenta-se politicamente na burocracia estatal. Entretanto, ignorar a importância das eleições para o regime, é conceber que ele é insensível aos conflitos políticos da sociedade.

Ora, com o agravamento da crise econômica, com o aprofundamento da crise social e com a derrota de 1974, cresceu ao mesmo tempo a necessidade de que o regime fortalecesse as instituições representativas, para dar vazão às críticas que recebia e para homogeneizar as contradições existentes nas classes dominantes por um lado, e, por outro lado, a necessidade de que o poder se centralizasse cada vez mais para que o governo pudesse enfrentar a crise econômica e o isolamento político em que se encontrava. A distância entre os projetos liberalizantes de certos setores da burguesia monopolista e a violência desenfreada da ditadura aumentava incessantemente, sem que este fosso pudesse ser coberto pelo ufanismo do crescimento econômico.

Ao mesmo tempo em que acena para o fortalecimento do Parlamento, a domi

nação monopolista sobre a sociedade, cada vez mais só pode se basear na violência do Executivo. Dividida pela crise, a burguesia só é capaz de enfrentá-la sob o comando unificado das baionetas e dos tanques. Tomemos como exemplo o caso dos contratos de risco.

O artigo 169 da Constituição Federal afirma que "a pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei". A idéia dos contratos de risco, antes de sua autorização pelo Presidente da República - em confronto aberto com a Constituição - vinha sendo agitada por setores empresariais e do governo. A maioria dos Deputados e Senadores da ARENA sempre manifestou-se contrária à iniciativa (o que não impediu no dia seguinte ao discurso entreguista de Geisel de defender descaradamente seus efeitos benéficos para o país e seu caráter constitucional). No entanto os contratos de risco eram necessários para o regime, não, é claro, para aumentar a prospecção de petróleo (pois para isso a Petrobrás tem excelentes condições financeiras e tecnológicas) mas, como disse o ministro Simonsen, para melhorar a credibilidade externa do Brasil seriamente abalada em função de sua dívida. Ao invés de tentar mudar a Constituição pelo Congresso Nacional, o poder Executivo optou por agir contra ela. O fundamento da atuação das empresas estrangeiras que vierem a explorar nosso petróleo, é a decisão do Presidente da República, que não possui base nem mesmo no sistema "jurídico" da ditadura !

É claro que a grande imprensa não se manifestou contrária aos contratos de risco e fez vista grossa sobre a inconstitucionalidade do mesmo. O governo empreendeu entretanto forte repressão contra o movimento democrático que desembocou na circular do ministro da Justiça proibindo reuniões públicas em todo o país. (notemos que a circular ainda não foi revogada e que o "presidente da república" promove estas reuniões - como veremos nem sempre com grande sucesso - com frequência cada vez maior). O Congresso Nacional viu-se novamente desmoralizado. E todos eram unânimes : a distensão recua.

Vemos então, que o regime se debate na contradição seguinte, expressão de seu duplo caráter histórico :

1- Por um lado, a crise econômica leva o Executivo a adotar medidas de clara traição nacional como os contratos "de risco". A crise social também se aprofunda sendo que as possibilidades que o regime tem de resolvê-la são mínimas. Os aumentos salariais decretados em 1975, foram de 14 % superiores ao nível da inflação oficial. Em 1976 o aumento decidido em maio foi somente 5 % superior à inflação do ano anterior. E isso num ano onde até abril o aumento do custo de vida foi de 17 % !!! A crise econômica e a situação social agravam o isolamento do governo, não só com relação ao povo, mas também com relação aos setores "liberalizantes" da burguesia monopolista. Ao contrário do que acontecia em 1974, o atual governo é identificado como o grande responsável pela crise. Ele não pode mais tentar aparecer como o salvador, o reformador do regime, pois ele hoje é o regime. Assim, o isolamento acentua-se com o agravamento da recessão, manifestando-se com nitidez cada vez maior, o caráter despótico do governo. As ondas sucessivas de repressão, a cassação de mandatos parlamentares, a proibição de comícios do MDB, a comemoração do aniversário do golpe num quartel, a proibição da transmissão televisiva em vídeo-tape de um balé soviético, o recrudescimento da histeria anti-comunista, etc., são expressões claras da nova vaga terrorista da di-

tadura.

2- Por outro lado, correlativamente, aumentam tanto a revolta popular contra o regime, quanto as divisões no seio das classes dominantes. Dos inúmeros exemplos, citemos um. Em matéria publicada na página 3 do jornal O Estado de São Paulo e intitulada "Setor privado critica isolamento de Geisel", (15-5-76) o jornalista Carlos Chagas escreveu: "Apesar das boas intenções - de resto reconhecidas por quase todo o meio político - vai o governo Geisel caminhando cada vez mais celeremente para se tornar um governo do monólogo, onde a palavra dos tecnocratas se transforma em lei e, onisciente, faz prescindir da voz dos componentes não estatais do meio social... O diálogo não é praticado pelo governo nem mesmo naqueles níveis fixados pela própria administração, ao menos em teoria. Há três anos que não se reúne, na área política, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e, na área econômica, entre muitos outros órgãos, deixaram de reunir-se a Comissão Consultiva Bancária, a Comissão Consultiva de Mercado de Capitais e a Comissão do Crédito Agrícola, bem como o Conselho de Comércio Exterior, da alçada do Ministério da Indústria e Comércio. ... Tem-se a impressão de que o atual governo, à maneira do anterior (sublinhado por nós) vai se isolando no exame dos problemas e no equacionamento das soluções, numa espécie de poder detentor de toda a verdade, inclusive aquela que deveria ser buscada junto a associações de classe, instituições e demais órgãos de expressão social". (sublinhado por nós).

Escapa ao horizonte míope da burguesia liberal, que a participação não é uma questão de forma, mas depende de instituições que não sejam vazias, isto é, que sejam legitimadas pelo sufrágio universal. É por isso que na sociedade burguesa, o Parlamento não pode ser substituído por um clube associando os principais capitalistas. E quando isto acontece, como expressão da incapacidade das classes dominantes em assegurar sua dominação através do consentimento, isto é, através de instituições representativas, a burguesia governa pelo despotismo do uniforme, fazendo imperar sua vontade econômica através do vazio político.

Ora, isto não significa que a burguesia deixa de existir politicamente como classe. Pelo contrário, como vimos, o controle do poder pelo comando de um corpo burocrático socialmente heterogêneo (a serviço, sem dúvida de sua dominação de classe), o medo correlativo da estatização, o temor de que a revolta popular não possa ser contida em canais politicamente controláveis, dão um fundamento às aspirações de abertura dos setores liberais da burguesia monopolista.

Comentando as aplicações sucessivas do AI-5 "contra o Congresso", o jornalista Carlos Castello Branco escreveu, no dia 17-4-76, em sua coluna, no Jornal do Brasil: "A Oposição, na medida em que seja discriminada e oprimida, menos condições terá de parar e, se for compelida a parar pela força encontrará na clandestinidade (sic!!!) seus instrumentos de operação... O problema está em que, forçando a mão na repressão, o governo pode contribuir para transformar a Oposição em subversão e não no instrumento válido de um diálogo construtivo que as pessoas mais responsáveis identificam como o compromisso da nossa gente".

No caso da estatização, o convite que o Ministro Reis Velloso, do Planejamento, endereçou aos empresários para que sugerissem ao governo formas concretas de privatização, não conteve a campanha dos monopólios. Comentando os pronunciamentos pró-estatizantes de alguns membros da ARENA

e a lei que trata das restrições à campanha parlamentar, num editorial do dia 16-5-76, o jornal O Estado de São Paulo nota: "O governo não tem, por conseguinte, o dever de ser expressivo; basta-lhe ser te-naz até a teimosia e obstinação cegas. A opinião, contra ou a favor da estatização, é peso morto em sua balança de juízo. Dissuadem-se campanhas, que nada mais seriam que a opinião a interagir... É vã e inconsequente a iniciativa política. (há muito vínhamos entrevendo este fatal transbordamento do econômico para o político, essa ação entre amigos da estatização e do autoritarismo)".

Os inimigos da "estatização" opõem-se ao "autoritarismo" na exata medida em que este possa eventualmente prejudicar o grande capital e, sobretudo, os grandes monopólios estrangeiros. Prova de que nesta campanha, estes têm não só um temor abstrato, mas objetivos empresariais definidos é a carta do BNDE ao Conselho De Desenvolvimento Econômico, publicada parcialmente em Opinião nº 184 de 14-5-76, dando a lista de algumas empresas estatais que poderiam passar para o controle do setor privado. Dois exemplos: a Acesita e o Projeto Carajás. Curiosamente, nos dois casos o conhecido grupo testa-de-ferro Antunes é um dos concorrentes. "O projeto Carajás, orçado em U\$ 2,7 bilhões tem dimensões superiores ao de qualquer grupo privado nacional". (Gazeta Mercantil, 15/17-5-76). Isso sem contarmos os rumores publicados no jornal Folha de São Paulo, 16-5-76, de que uma das formas de se saldar a dívida brasileira seria entregar as empresas estatais mais lucrativas ao capital estrangeiro.

A estatização da economia existe nos limites em que ela é necessária para a acumulação monopolista. Ou seja, a acumulação monopolista desenvolve-se sobre a base de seu contrário que é a estatização dos setores pouco atraentes (pelas dimensões necessárias do capital inicial, ou pelas fracas expectativas de rentabilidade) à iniciativa privada. A campanha anti-estatizante reflete a pressão (pelo visto bem sucedida) para que sejam entregues ao setor privado as empresas estatais já hoje lucrativas, por um lado, e, por outro, como já dissemos, o temor de que a solução para a crise possa estar na ampliação do setor público da economia. (NOTA: A privatização das atividades econômicas estatais tem um interesse precedente histórico no Japão durante o período em que o Estado promoveu a industrialização, conhecido como Restauração Meiji, 1868-1881. Logo que as empresas estatais começaram a ser lucrativas, promoveu-se sua entrega, a preços baixíssimos, é claro, aos capitais privados. Cf. Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento, Ignacy Sachs, Vozes, Petrópolis, 1969, cap. VI. O interesse da comparação vem do fato de que a ação estatal no Brasil, sobretudo de 1930 a 1945, contou com a poio militar. Provavelmente é aí que se encontra a raiz das resistências existentes contra a privatização da fração lucrativa das empresas públicas).

A crise econômica e social tem portanto o duplo efeito de centralizar a inda mais as decisões nas mãos do Executivo e fazer crescer a necessidade de tanto de que a revolta popular possa ser politicamente canalizada quanto de que a burguesia monopolista exerça diretamente o poder. Ou seja, cresce ao mesmo tempo, tanto a necessidade objetiva de que o regime se estabilize sobre instituições representativas, quanto a dominação autocrática imposta pela violência sobre o povo.

A necessidade das eleições para a burguesia é tanto maior, quanto menores são as chances de vitória da ARENA, caso o MDB tenha as mesmas pos-

sibilidades de expressão que em 1974. Enquanto regime dos monopólios, a ditadura é levada a realizar eleições, sobretudo num momento de crise. Enquanto regime terrorista e ditatorial (isto é, enquanto regime que assegura a dominação monopolista sobre a sociedade através da ditadura e do terrorismo), isolado, derrotado eleitoralmente, e dividido pela crise, o governo acentua a repressão e impõe limitações à campanha eleitoral.

A crise de hegemonia no Brasil, exprime-se também pelo caráter artificial da estrutura bi-partidária. Expressão do vazio das instituições desde o AI-2, o bipartidarismo teve o efeito de polarizar a sociedade entre partidários e opositores do regime, desde que foi aberta a possibilidade de um mínimo de atividade política legal e relativamente ampla, em 1974. Ora, a persistir a atual estrutura partidária até as eleições para Governadores e o Congresso Nacional em 1978, chegar-se-á, no caso de uma vitória do MDB, àquilo que os políticos burgueses e a grande imprensa chamam de impasse institucional, uma vez que o Chefe de Estado é "eleito" indiretamente pelo Congresso Nacional. Da mesma forma que o bipartidarismo foi o fundamento do vazio político sobre o qual se baseou a dominação dos monopólios sobre a sociedade, o mínimo de atividade política, qualquer tentativa de imprimir um conteúdo representativo às instituições, choca-se contra o bipartidarismo. Donde a necessidade, dada como informação segura pela grande imprensa, de que logo após as eleições sejam criados novos partidos.

Ao participar tão ativamente da campanha eleitoral, o general Geisel, almeja, é óbvio, a vitória da ARENA, mas para que isso lhe forneça as bases políticas sobre as quais ele possa reformular a estrutura partidária atual, de forma a reforçar as instituições representativas, sem que isto conduza à contestação permanente do regime. É a velha consigna: dividir para reinar.

Ao envolver-se diretamente na campanha, ao recusar as sugestões tanto militares quanto civis de transferir o pleito, ao tentar a vitória a qualquer preço e sobretudo através da demagogia, o governo exprime a necessidade objetiva para o regime de que ele se assente sobre instituições republicanas.

Se para o regime é necessária base política em que possa se fundamentar a reforma partidária - condição para que as instituições representativas, e antes de tudo o Parlamento, possam ter algum peso na vida nacional - a conquista desta base passa, no entanto, pelo sufrágio universal. E é por isso que o futuro da distensão política, e não do regime, é claro, depende em grande parte da vitória da ARENA na qual se empenha o general Geisel.

Não cabe aqui fazer futurologia sobre o resultado das eleições. Nosso objetivo é examinar o significado e a importância do pleito de 1976 para o regime. Nesse sentido cabe destacar como conclusão:

- 1º) As eleições são uma necessidade real para o regime e exprimem tanto a necessidade de canalização política da revolta popular, quanto a participação direta da burguesia monopolista nas decisões governamentais.
- 2º) A vitória da ARENA é uma das condições fundamentais para o projeto de "distensão" política do general Geisel, que corresponde a aspirações efetivas de certos setores da burguesia monopolista. A vitória da ARENA poderia fornecer bases para a reforma partidária, premissa para que se-

ja impresso algum conteúdo às instituições republicanas.

30) Apesar do caráter municipal da campanha, apesar das restrições à propaganda eleitoral impostas pelo governo, as possibilidades de transformação do pleito num plebiscito são consideráveis. E nesse caso a derrota da ARENA seria segura. Daí a necessidade para o governo de empregar todos os meios ao seu alcance para uma vitória eleitoral.

II- As eleições de 1976, o movimento popular e a posição dos comunistas.

O principal efeito da vitória eleitoral de 1974 para o movimento popular foi o impulso que imprimiu à sua reorganização. A movimentação política da campanha abriu um precedente, desde 1968, de reuniões populares, de contactos políticos, de destemerdade, que toda a repressão sistematicamente aplicada desde as eleições não conseguiu fazer recuar. Lentamente, porém conquistando posições firmes, o movimento democrático avança.

Em maio de 1976, foram realizadas na USP as eleições para o DCE, com uma participação massiva dos estudantes. As greves estudantis na Bahia, foram exemplos importantes de resistência democrática de massa. A formação de uma frente momentânea e praticamente de todos os setores populares, quando do assassinio do jornalista Wladimir Herzog mostrou que o caminho da unidade e da luta é o único que pode conduzir à conquista de posições seguras no combate contra o regime. A atuação do movimento operário, seja nos sindicatos, seja nas oposições sindicais, mostra-se também cada vez mais vigorosa. Os exemplos de greves são inúmeros. O aparecimento de um Ante-Projeto de Programa de Oposição Sindical, preconizando a formação de comissões operárias por fábrica, reivindicando a liberdade sindical, política e de expressão além de melhores condições de vida, mostra que o movimento operário dá passos importantes no sentido da unidade. A proliferação do trabalho político nos bairros, sob todas as formas, é outra demonstração do avanço geral da reorganização popular.

A importância das eleições neste sentido é que elas podem vir a ser uma forma de ampliação do trabalho. Imprimir uma derrota ao regime é sem dúvida importante, para que mais uma vez fique expresso seu caráter impopular e sua situação de isolamento.

... a liberdade liberal de uma sociedade...

te a caricatural Assembleia Constituinte do Brasil... o Estado de Sítio Institucionalizado do Senador Marcos Freire.

Do ponto de vista do marxismo, a democracia não é uma questão institucio

nal. Pelo contrário, o caráter das instituições exprime a natureza mais ou menos democrática da sociedade. A democracia, neste sentido é a manifestação do grau de consciência e organização das massas, de sua capacidade de forjar organizações permanentes que lutem por seus objetivos e defendam seus interesses. Fortalecer a democracia, significa, portanto, incentivar as lutas de massa e a participação cada vez maior do povo nos assuntos políticos.

Assim, o movimento democrático deve ter, durante as eleições de 1976, um duplo objetivo :

1º- Transformar a campanha eleitoral em campanha de massa contra o regime. Multiplicar ao máximo as reuniões populares e nelas fazer não só a denúncia do caráter anti-popular do governo, como também mostrar as limitações das eleições como forma de luta. Mostrar que é através do fortalecimento das organizações populares nos bairros, nas fábricas, nos sindicatos, nas escolas, etc., que se estará dando os passos fundamentais para a derrubada do regime.

2º- Avançar no sentido da construção da Frente Democrática contra o regime. A campanha é um momento de mobilização política das forças que atuam nos mais diversos setores sociais e regiões do país. Todo esforço deve ser feito para que esta mobilização convirja em direção ao objetivo comum de derrotar o regime, transformando a campanha eleitoral em campanha de massa. Para tanto, durante a campanha, devem ser veiculadas palavras de ordem que preencham as condições seguintes :

- a) que denunciem a natureza ditatorial do regime e seu caráter de classe,
- b) que sejam formuladas de forma a poder ser veiculadas em todas as frentes de massa, isto é, que sejam firmemente contra o regime, mas não provocadoras,
- c) que sejam unitárias de forma a fazer confluir toda a oposição em direção ao caudal comum da luta contra o regime, e
- d) que sejam voltadas à luta pela democracia, por melhores condições de vida e pelo uso das nossas riquezas segundo os interesses populares e nacionais.

A unidade na luta contra o regime, não significa que os comunistas reconheçam no MDB a vanguarda da luta pela democracia. Tão pouco significa que a existência da oposição consentida pode fazê-los abdicar do objetivo de construir a Frente Democrática.

Todos sabem que a condição para o crescimento da frente, é seu enraizamento nas lutas populares. Neste sentido, o que distingue a verdadeira democracia da democracia burguesa ou pequeno-burguesa, é que enquanto es

tas buscam antes de tudo uma vitória eleitoral, aquela busca o apoio de massas necessário para que possa ser levada adiante a luta pela democracia no Brasil.

Os verdadeiros democratas sabem que a busca de um apoio permanente massas exige a construção de uma organização política e organicamente independente do regime. Esta é a condição para que se cumpra o duplo objetivo de construir uma ampla frente contra o regime e de nela assegurar a hegemonia da classe operária. Nesse sentido, os verdadeiros democratas devem participar da campanha eleitoral, atentando, porém, para :

a) Não condicionar o conjunto de seu trabalho ao momento das eleições. A vitória eleitoral, embora importante, não pode ser um fim em si do trabalho político, mas um meio para fortalecer a organização das massas e ampliar a denúncia contra o regime.

b) Não dissolver o trabalho político de massas dentro do MDB, mas, ao contrário, lutar a seu lado, reconhecendo seus limites.

c) Não abdicar da construção de uma frente, ou de frentes parciais, como a que existe agora, por exemplo, contra a censura, ou pela anistia.

d) Não abdicar da construção de uma organização revolucionária clandestina, segundo o princípio leninista de unidade e luta. O que implica na urgência da execução dos três objetivos da Plataforma pela União dos Comunistas.

NOTA DA REDAÇÃO :

Escrito durante o mês de abril, isto é, antes que fossem "regulamentadas" as próximas eleições municipais de maneira a tornar praticamente nulas as possibilidades de dela participarem ativamente as forças revolucionárias da democracia, o artigo de nosso camarada Pedro Alves reflete um aspecto parcial do intenso processo de discussão em que estão empenhados os comunistas da Plataforma com vistas a determinar a tática revolucionária mais adequada a fazer avançar a experiência das massas e aprofundar as contradições do regime.

Rejeitando o método burocrático que consiste em só tornar públicos os textos e documentos que a prática confirmou (ou ainda não desmentiu) e considerando que os problemas levantados por Pedro Alves são problemas de fundo a serem levados em conta por quem quer que pretenda fundamentar sobre o materialismo histórico e a experiência internacional da luta de classes do proletariado a elaboração da tática dos comunistas no processo eleitoral em curso, a redação de DEBATE julgou ser seu dever assegurar ao trabalho de Pedro Alves a mais larga difusão.

DEBATE, agosto de 1976

OUTROS ARTIGOS DE PEDRO ALVES PUBLICADOS EM DEBATE :

"Marxismo e radicalismo pequeno-burguês" (a propósito de um documento da ALN), em Debate-13, agosto de 1973

"A revolução nacional-democrática segundo o V e o VI Congresso do PCB", (em co-autoria com Alice Paiva, em Debate-15, maio de 1974).

CLASSES SOCIAIS NO CAMPO

A. SILVA

Em várias oportunidades procuramos, nestas mesmas páginas, chamar a atenção para a importância das pequenas explorações familiares no Setor Agrícola. Nosso objetivo era insistir na necessidade objetiva da aliança do proletariado com o campesinato. No Brasil, na linguagem corrente o termo "camponês" denomina indistintamente todos os que trabalham no campo, ou na agricultura: tanto os proletários rurais como os agricultores. Mas os primeiros fazem parte da classe operária e são os principais impulsores da aliança que poderá se estabelecer com a classe camponesa. A aliança entre essas duas classes constitui uma das bases fundamentais da luta antiditatorial assim como (senão principalmente) do regime de democracia revolucionária que abrirá a via do socialismo em nosso país.

Mas essa expressão "aliança com o campesinato" não passará de um clichê se não se caracterizarem os aspectos concretos que adquire em cada fase do desenvolvimento social e, portanto, em cada período revolucionário. O campesinato, isto é, o conjunto formado pelos agricultores que vivem basicamente do trabalho familiar e não da exploração de trabalhadores assalariados - embora um certo número possa empregar mão de obra assalariada complementar - constitui uma classe que sofre um permanente processo de diferenciação no decurso do qual se formam inúmeras camadas de limites mal definidos, criando constantemente novas contradições.

Tal processo, ao inverso do que pensam os pregadores do "desaparecimento da pequena exploração", é lento e bastante irregular. É simplista a visão de que o crescimento rápido e contínuo da indústria (da produção em massa) só pode ter como consequência o esmagamento da pequena produção mercantil na agricultura. Em 1898, Karl KAUTSKY afirmava que "a pequena exploração, na sua decadência, segue um processo bastante complicado no qual tendências contrárias se entrecruzam, perturbando-o ou retardando-o parecendo aqui e acolá modificá-lo num sentido oposto, mas na realidade, não podendo detê-lo". (1) Dois anos mais tarde, porém, após ter consultado as últimas estatísticas sobre a Alemanha e a Inglaterra, afirmava no prefácio à edição francesa que não se devia esperar na agricultura "nem o fim da grande exploração nem o da pequena", e, que se por um lado constatava-se "a tendência universalmente verdadeira à proletarização", por outro, também se verificava "uma oscilação constante entre os progressos da pequena exploração e os da grande". (2)

Os três quartos de século que se seguiram vieram confirmar essas últimas palavras. A exploração camponesa mostrou uma grande teimosia em sobreviver e o capitalismo desenvolveu inúmeros mecanismos para subordiná-la à

(1) KAUTSKY, K. "La Question Agraire", V. Giard et E. Brière, Paris 1900 p. 215, Reimpressão em fac-símile, Maspero 1970.

(2) Idem, p. III.

sua dominação. Daí a extrema variedade de situações que encontramos no interior de cada país e, muitas vezes, no interior de uma mesma região.

São situações históricas concretas, condições geográficas específicas, sistemas de produção agrícola e as próprias características do processo de trabalho para cada lavoura, que levam a uma maior ou menor proletarianização e a uma maior ou menor persistência e evolução da economia camponesa. Assim, a importância sócio-econômica dos assalariados agrícolas e pequenos e médios agricultores é diferente segundo o país ou a região. As condições concretas da "aliança com o campesinato" serão, portanto, diversas.

Neste artigo, analisaremos as diferenças regionais em nosso país, dando assim, continuidade ao trabalho iniciado em DEBATE-21 (1). São, portanto indispensáveis as advertências feitas naquela oportunidade quanto ao uso das Estatísticas Cadastrais, que continuam a ser a principal fonte dos dados utilizados.

1. Explorados e Exploradores

Tendo em conta a existência de inúmeras situações intermediárias, pode-se, grosseiramente, dividir a população agrícola ativa em três categorias: 1) os detentores de terra e/ou capital, que exploram trabalhadores assalariados, 2) os que possuem terra mas a cultivam com seu próprio trabalho e o de seus familiares (fazendo ou não apelo, vez ou outra, à mão de obra assalariada), 3) os que vivem da venda de sua força de trabalho. O entrelaçamento dessas três categorias é por vezes frequente, sobretudo no que se refere às duas últimas, gerando camadas de contornos difíceis a serem definidos, mormente através de estatísticas. No entanto, com certas dificuldades podemos, pelo menos, estabelecer o peso relativo de cada uma dessas três situações de classe.

O primeiro grupo é formado por todos os grandes e médios proprietários, assim como seus dependentes. Estão aí incluídos os latifundiários, os proprietários de empresas rurais, os minifundiários que empregam assalariados permanentes (2), assim como todos os dependentes destas três categorias, que trabalham nos imóveis. Para calcular os efetivos deste primeiro grupo temos que levar em conta uma margem de erro proveniente dos seguintes fatores: a) uma boa parte dos proprietários de imóveis rurais não os explora diretamente. O absentismo é bastante frequente, o que significa que tais proprietários não são ativos agrícolas. Mas isto não constitui um obstáculo importante visto que sempre existe um responsável pela fazenda e que, no fim das contas, o número de imóveis corresponde a proximadamente ao número de responsáveis, sejam eles proprietários ou não. Os imóveis não explorados são pouco numerosos. b) Uma segunda dificuldade está na existência, em muitos casos, de várias explorações dentro de um mesmo imóvel, ou, mais raramente, vários imóveis serem explorados por uma mesma administração. Esse fator implica numa margem de erro ao trabalharmos com o Cadastro. Mas, além de pequena, ela perde sua im-

(1) "Os Explorados do Campo", pp. 17 - 33.

(2) Os minifundiários que empregam assalariados serão considerados como "médios proprietários" conforme justificaremos mais tarde.

portância quando o objetivo é comparar regiões, desde que se a d o t e sempre o mesmo critério. Se o erro é semelhante para todas as regiões, basta que não levemos muito a sério a exatidão dos números absolutos. c) 65 % das "Empresas Rurais" não empregam permanentes. Muitas delas podem também não empregar significativamente mão de obra assalariada temporária. Tal distinção não pode ser feita através dos dados estatísticos. Isto implica em que um certo número de explorações familiares sejam incluídas entre os grandes e médios proprietários só porque dispõem de uma área igual ou superior ao "módulo" da região, cultivando-a "racionalmente". Mas esse número é ínfimo visto que as próprias "Empresas Rurais" já são bem poucas.

Finalmente é necessário justificar porque incluímos nesse primeiro grupo os minifundiários que empregam assalariados permanentes. É que tais minifúndios (2,43 % do total) são justamente aqueles que empregam grande número de assalariados em geral. Para o Brasil todo, os 58.649 que se enquadram nessa categoria têm em média 1,98 permanentes e fazem apelo, também em média, a um máximo de 4,85 temporários (1). São portanto pequenas explorações (inferiores ao módulo) mas que por estarem próximas dos centros urbanos e/ou por se especializarem em atividades do tipo hortícola (ou em floricultura), chegam a se capitalizar. Fazem parte, portanto, dos médios proprietários, incluídos aqui no primeiro grupo.

Assim, o Grupo I, formado pelos grandes e médios proprietários, reúne todos aqueles que exploram trabalhadores, seja comprando sua força de trabalho, seja explorando-os através de parcerias e arrendamentos, como é frequente nos latifúndios.

O segundo grupo é constituído pelo conjunto dos camponeses incluindo aqueles que também vendem, em certa época do ano, sua força de trabalho, (semi-proletários), aqueles que vivem de seu trabalho sem se assalariarem, e aqueles que vivendo basicamente de seu próprio trabalho empregam esporadicamente mão de obra assalariada. Também estas distinções não podem ser cifradas, o que é, aliás, uma grande lacuna, pois segundo a região, o peso relativo de cada uma destas três camadas camponesas varia bastante. Fazem parte deste grupo não só os pequenos proprietários com os dependentes trabalhando, como grande parte dos parceiros e arrendatários e seus dependentes. Estes últimos são os que impõem uma certa margem de erro. Sem o Cadastro específico da Parceria e do Arrendamento, cujas estatísticas ainda não foram publicadas, torna-se impossível subtrair os grandes arrendatários. Não é um grande obstáculo pois também é uma categoria bastante diminuta. Por outro lado, tivemos que calcular o número de dependentes dos arrendatários e dos parceiros segundo a proporção verificada em cada região para os minifundiários que não empregam permanentes. Trata-se, portanto, de uma aproximação e não de um dado estatístico. Por isso esses números aparecem nos quadros entre parêntesis.

E para finalizar, o terceiro grupo é formado pelos assalariados. Aqui existe também uma margem de erro importante pois os dados sobre temporários referem-se ao número máximo de temporários que chegam a trabalhar no imóvel. Muitos deles são os tais semi-proletários já computados no Grupo II. Mas esse erro, que aliás é o mais significativo, perde também,

(1) Dados do Cadastro - 1972. Ver quadro nº 7, em DEBATE-21, p. 25.

partê de sua importância na comparação, visto ser semelhante em todas as regiões. Cabe, no entanto, lembrar que no caso dos assalariados, mesmo os números relativos encontram-se exagerados.

Essas longas considerações preliminares são necessárias à interpretação dos quadros.

2. Tipologia da População no Campo

Noventa por cento dos ativos na agricultura encontram-se nas três regiões litorâneas, o Centro-Oeste e o Norte contando muito pouco nesse aspecto, como mostra o Quadro nº 1. Nas três regiões mais importantes encontramos, praticamente, a mesma participação do Grupo I (variando de 10 a 15 por cento), mas três situações bastante distintas no que se refere ao peso relativo dos assalariados e dos camponeses. No Sul os camponeses superam significativamente os proletários (56 contra 28 %), no Sudeste passa-se o inverso (27 contra 60 %) e no Nordeste há equilíbrio (41 / 49%). No Centro-Oeste a situação corresponde à do Sudeste, superando-a na proporção, dada a pequena importância do campesinato e a grande frequência de "patrões" (18 %).

Não é de somenos importância apontar para o fato de 40 % dos assalariados estarem na região Sudeste e também 40 % dos camponeses estarem na Região Sul.

Todavia, essas grandes regiões não são sempre homogêneas. É preciso descer a demarcações mais precisas. Na verdade, os limites administrativos, nem sempre têm significado. Muitas vezes, em duas regiões vizinhas, mas em Estados diferentes, deu-se o mesmo tipo de ocupação do solo e pratica-se, ainda hoje, o mesmo tipo de lavouras, o que mantém também uma estrutura social análoga. Seriam, portanto, as "Micro-regiões Homogêneas" que nos interessariam como base da análise comparativa. Mas isso não é possível através das Estatísticas Cadastrais já publicadas. O Censo Agropecuario também não está inteiramente publicado, além de ter o inconveniente grave de não computar os trabalhadores "por empreitada" entre os empregados temporários.

No entanto, as realidades estaduais já são bastante mais eloquentes que as "Grandes Regiões". O Quadro nº 2 mostra a situação dos Estados mais importantes.

Na região Sul, pode-se notar a diferença entre o Paraná e os outros dois estados sulinos. Enquanto no primeiro o povoamento das regiões de predomínio camponês se equilibra com as de assalariados, nos dois outros estados o peso do campesinato é fortíssimo, atingindo o máximo nacional em Santa Catarina.

Na região Sudeste, os assalariados são maioria significativa, exceto no Espírito Santo. Em São Paulo, e sobretudo em Minas, os assalariados ultrapassam os 60 %, enquanto os camponeses ficam por volta de 25 %. São os dois Estados de maior população agrícola. São em Minas Gerais existem quase 2 milhões de assalariados agrícolas ao lado de pouco mais de 800 mil camponeses. Em São Paulo eles são respectivamente 1 milhão e 400 mil. Neste último Estado existe uma particularidade digna de nota. Enquanto na

maioria das regiões e estados os assalariados permanentes representam por volta de 15 % do "Número máximo de Assalariados" (Permanentes mais Temporários), em São Paulo eles são quase 25 %. É importante ressaltá-lo pois este Estado passou na última década por um importante processo de expulsão de permanentes (sobretudo colonos) e formação de um enorme contingente de "bóias-frias", e, assim mesmo, mantém forte proporção de permanentes (1). Fazendo o cálculo da relação "Nº máximo de temporários" sobre "Nº de permanentes" para cada estado, constata-se que o mínimo se verifica em São Paulo : 3/1 enquanto essa proporção é de 13/1 em Minas , 15/1 em Goiás, 21/1 no Maranhão e Ceará, e, 84/1 no Piauí (!).

No Nordeste existe um grande equilíbrio entre assalariados e camponeses, talvez devido à importância nessa região do semi-proletariado. O único Estado que destoa fortemente é Alagoas, onde os grandes e médios proprietários são reduzidíssimos (5,3 %) (o que pode significar um altíssimo grau de concentração fundiária) e os assalariados ultrapassam 60 %. Os Estados nordestinos do litoral norte assemelham-se a essa situação tendo uma proporção de assalariados mais importante (por exemplo Ceará : 57 x 32 %).

Portanto, encontramos no Brasil basicamente 3 situações estaduais e regionais : A) Preponderância de assalariados nos principais estados do Sudeste, em todo o Centro-Oeste e em alguns estados Nordestinos (60 x 25%) B) Preponderância do campesinato no Rio Grande do Sul, Santa Catarina (70 x 15), e, em menor medida no Espírito Santo, Sergipe e Paraíba (50 x 40). C) Equilíbrio nos principais Estados nordestinos e no Paraná (40 x 40).

Todavia, essa tipologia estadual pode ser muito enganadora. No interior de um mesmo Estado, encontram-se regiões bastante dissemelhantes, onde essas proporções numéricas se radicalizam. E é, em última análise, esse o dado mais interessante, pois as lutas dos que trabalham no campo se desenvolvem por muito tempo a nível local antes de poderem atingir mesmo a escala estadual. Mas, como já foi dito, o Cadastro não permite, por enquanto, essa análise a nível inferior ao limite estadual. Como além disso o Censo exclui os trabalhadores sob-empregados, o número dos temporários de uma micro região tem que ser encontrado pela multiplicação dos permanentes dessa região pequena pela média estadual do "nº máximo de temporários" para cada permanente. Só assim pudemos construir o Quadro 3 em coerência com os anteriores. Mas é preciso lembrar que ao nível da micro região, o dado estatístico "Nº máximo de assalariados" é altamente duvidoso pois, como se sabe, a maioria desses temporários são "volantes" que se deslocam nos caminhões dos "turmeiros", num raio que por vezes ultrapassa os 100 km de suas residências. Donde um alto índice de sobreposições quando se compara micro-regiões. Além disso, no Quadro nº 3, os parceiros e arrendatários foram tirados do Censo, que não corresponde exatamente ao que consta do Cadastro. O número de minifúndios e de grandes e médios proprietários é o do Cadastro e os minifúndios que empregam permanentes foram calculados segundo a média estadual.

Nunca seria demais insistir no caráter aproximativo ou estimativo das porcentagens que figuram no Quadro nº 3. Utilizar como coeficientes as médias estaduais implica numa certa distorção. Esse quadro tem, portanto um objetivo puramente ilustrativo. Mas, malgrado essa sua natureza apro-

(1) Cf. "Forças de Produção no Campo", DEBATE-22, pp. 37 - 39.

ximativa ele evidencia que situações quase simétricas coexistem dentro dos limites estaduais.

No processo de ocupação do espaço agrário, a prática das lavouras tropicais não podia descer abaixo do Norte Paranaense (paralelo 24º). A ocorrência do clima subtropical retardou o povoamento do Sul que desconheceu a forma econômica da "plantação", característica da agricultura tropical no Leste e no Nordeste. Não foi por acaso que a colonização européia não-portuguesa foi atraída para uma região onde as condições naturais eram mais próximas das zonas temperadas. Antes deles, os luso-brasileiros só se haviam interessado pelas áreas de campos, desprezando por completo as zonas da mata. Estas últimas só foram ocupadas no século XIX. Donde o contraste absoluto entre os sistemas de produção nesses dois ambientes. Nos campos desenvolveu-se a pecuária extensiva e nas matas desbravadas a agricultura. Os dois quadros agrários de estruturas bastante peculiares ficaram, assim, espacialmente muito bem definidos.

Os Campos Sulinos

Nas áreas campestres como a Campanha gaúcha (mas também nos campos do planalto : Lajes, Campos Gerais do Paraná, Guarapuava, Palmas) constata-se a presença da grande propriedade, da criação extensiva e a ocorrência de uma certa rarefação populacional. Por força da herança, muitas grandes fazendas (ou estâncias, como se diz na Campanha) sofreram uma subdivisão ou desmembramento parcial que deu origem a pequenas e médias explorações cujo peso relativo é, no entanto, diminuto, sobretudo se considerarmos a área que ocupam.

Os latifúndios são, em geral, absentistas, deixando capatazes assalariados à frente das estâncias. No entanto, essa última característica é bem menos frequente nas zonas de Guarapuava e Palmas (Paraná) onde se encontra o proprietário administrando diretamente a fazenda com seus filhos e cuidando do gado, sendo também menos importante a presença de peões e vaqueiros. "A denominação peão é mais usual no Rio Grande do Sul, não só na Campanha como nas zonas das Missões e Campos de Cima da Serra. Os peões são, em geral, homens solteiros que moram na propriedade, habitando em um galpão conhecido como "galpão da peonada", composto de um dormitório coletivo e uma sala de refeições. Os outros trabalhadores que lidam com o gado são denominados, na Campanha, de posteiros e, sendo comumente casados, moram em casas isoladas, dispondo de uma pequena porção de terra, onde podem fazer uma lavoura de subsistência para o sustento da família. Esses trabalhadores são, como os peões, assalariados mensais. Nas demais áreas de pecuária, como em Lajes, Campos Gerais do Paraná e outras, o trabalhador que lida com o gado é denominado, geralmente, de vaqueiro, agregado ou camarada". (1)

Mas a Campanha gaúcha não teria tão forte presença de assalariados (ver Quadro nº 3) se a criação extensiva fosse a única atividade. É verdade que as pastagens ocupam 87% da área dos estabelecimentos. Mas dos 13% restantes, pelo menos 5 são para o arroz e o trigo (277 mil ha, segundo

(1) DUARTE, A.C. "A Organização do Espaço Agrário" in : "Geografia do Brasil, vol. IV, tomo II, I.B.G.E., 1968, p. 105.

o Censo de 70). O arroz encontrou na Campanha condições naturais excelentes para seu desenvolvimento: topografia plana, o que facilita a mecanização e, a presença de mananciais de irrigação. Nas épocas de plantio, (out./nov.) e de colheita (mar./abr.) há necessidade de se encontrar numerosos trabalhadores diaristas, sobretudo na fase de colheita. Esses sazonários vêm tanto de zonas rurais como urbanas, sendo muitos provenientes das áreas coloniais.

As Áreas Coloniais

A política de colonização de áreas da mata, criando colônias agrícolas, com elementos europeus, começou após a independência por iniciativa do governo imperial, sendo a primeira região a Encosta Riograndense. Posteriormente, empreendimentos isolados ou companhias de colonização privadas, estenderam a experiência tanto para outras zonas gaúchas como para o litoral catarinense. Desse modo processou-se um povoamento com base na pequena propriedade, explorada sob regime de trabalho familiar, praticando-se inicialmente uma lavoura diversificada para a subsistência.

Também assim foram povoados o Vale do Itajaí, a zona da Laguna e mais tarde regiões interiores como o Alto Uruguai, o Vale do Rio Peixe, o planalto de Canoinhas e várias áreas florestais do Paraná.

Hoje em dia todas essas zonas se distinguem pela produção em maior escala de um gênero específico, sendo totalmente homogêneas a estrutura fundiária, o regime de trabalho, a disposição do habitat, a forte densidade populacional e a policultura. São zonas de predomínio absoluto da pequena propriedade agrícola (menos de 25 ha). "Famílias com numerosos filhos ao se dar a subdivisão por herança, os descendentes ficavam com uma parte reduzida da propriedade que não permitia a subsistência dos mesmos. Isto originou o êxodo para outras áreas, também rurais, à procura de novas terras. Esta é a preocupação constante do colono, sobretudo para evitar uma migração maior para os centros urbanos, por parte dos filhos". (1)

A população ativa rural das zonas coloniais é "das mais elevadas do Brasil Meridional com 11 a 20 pessoas por hectare de estabelecimento, sendo que em alguns municípios essas taxas atingem 30 pessoas". (2) Famílias numerosas, alta taxa de crescimento vegetativo e pequenas propriedades são sinônimos de elevado excedente de mão de obra e portanto emigração para outras áreas agrícolas e para as cidades. A ocupação do Oeste de Santa Catarina e Paraná, e mais recentemente, do sul do Mato Grosso, foi feita pelo excedente demográfico de áreas coloniais mais antigas do Rio Grande do Sul e do Vale do Itajaí.

Os pequenos produtores do sul raramente empregam assalariados. Mas, "quando o estabelecimento é maior ou uma lavoura comercial é praticada em maior escala, é necessário contratar assalariados. Esses são arregimentados entre os próprios colonos, que não possuem terras suficientes para absorver a mão de obra disponível". (3)

(1) idem, p. 127.

(2) idem, p. 129

(3) ibidem

O sistema de produção -"milho-porco"- assim como a criação de algumas vacas leiteiras são atividades características de todas essas zonas de colonização. Quando analisadas em menor escala identificam-se áreas com um certo grau de especialização. Por exemplo : (a) a produção de tanino (extraído da casca da acácia negra) nas zonas de fabricação de calçados como Nova Hamburgo, São Leopoldo, Montenegro no RGS, e também, no alto vale do Rio Peixe em Santa Catarina. (b) a área do fumo, Santa Cruz e arredores onde está instalada a Souza Cruz desde 1920, assim como em Itapiranga, Mondai, Chapecô etc., em Santa Catarina. (c) a região do vinho, de colonização italiana : Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, etc. (d) a zona da soja : Alto Uruguai (1) . . (e) a cana-de-açúcar e o arroz no Vale do Itajaí (S.C.). (g) a batata-inglesa em Irati, no Paraná, etc., etc.

Áreas de Transição

Duas correntes de povoamento se encontram nas áreas florestais do oeste do Paraná, sobretudo no trecho compreendido entre o vale do Ivaí e o rio Iguçu. Uma, proveniente do norte do Estado, decorre da expansão da lavoura cafeeira : são paulistas que avançam à procura de terras férteis, ainda não desbravadas. Outra, do sul, procedente do oeste de Santa Catarina e sobretudo do Rio Grande do Sul, constitui uma expansão natural do povoamento que vai se apossando de terras, desbravando-as, ocupando-as, através de derrubada da mata, extração de madeira, instalação de roças de milho, feijão e mandioca e da criação de suínos. Nessa região há muitos posseiros, sendo os estabelecimentos maiores que em outras zonas coloniais (por volta de 100 ha).

No extremo norte do vale do Piriçuí, apesar da presença de elementos de origem gaúcha, predominam em número os descendentes de nordestinos, mineiros e paulistas. As terras foram loteadas por companhias particulares, que entregavam as terras em matas. Aí, o termo colônia já não é usual, as propriedades sendo chamadas de sítio. Já começam a aparecer lavouras de tipo tropical como o algodão, o amendoim, o rami e mesmo cafezais.

O Estado de São Paulo

Em São Paulo, como em todo o sul tropical, a lavoura cafeeira teve um papel determinante na estruturação do espaço rural. "A influência do café processou-se, ora de maneira direta, como ocorreu na estrutura fundiária, no regime de exploração da propriedade, no regime de trabalho, ora de maneira indireta, através de modificações processadas nas formas de ocupação do solo, com introdução de novas lavouras, que foram consequências das crises da produção do café, ou esgotamento dos solos pelo plantio indiscriminado dos cafezais (2).

Os quadros agrários são bastante complexos e heterogêneos, tanto na estrutura fundiária como no regime de exploração e tipos de cultivo. É por

(1) Cf. "Notas sobre o Trigo e a Soja", DEBATE - 16, pp. 27 - 35.

(2) DUARTE, A.C. op. cit.

tanto difícil caracterizar grandes áreas homogêneas. As zonas onde o padrão fundiário é pequeno (menos de 25 ha) são: a Alta Paulista, trecho compreendido entre os vales do Rio Peixe e Aguapeí, partes da Alta Sorocabana, compreendidas pelo espigão entre o rio Peixe e Paranapanema, alguns municípios da região de Pereira Barreto, a área próxima à Capital, e o trecho norte da chamada zona fisiográfica de Parapiacaba (Ver Apiaí, no Quadro nº 3).

As principais regiões de grandes explorações são aquelas onde a lavoura cafeeira foi substituída por outras lavouras comerciais como as zonas de pecuária bovina. As principais regiões são o médio Vale do Parnaíba, a Depressão Periférica, a região de Barretos e de Franca.

As regiões onde o regime de trabalho é exclusivamente familiar, como nas áreas coloniais do sul subtropical, são pouco numerosas. Mesmo entre os pequenos proprietários, o mais comum, é a contratação de alguns assalariados nas épocas de plantio e colheita.

Nas áreas de Araraquara, Rio Claro e Piracicaba, onde a lavoura canavieira e os laranjais, além de outras fruteiras, são largamente cultivadas, emprega-se numerosa mão de obra assalariada. Igualmente nas áreas onde a lavoura cafeeira é importante, como na zona de Ribeirão Preto, é encontrado grande número de assalariados.

Os três exemplos escolhidos (Quadro nº 3) mostram as três situações mais típicas encontradas no Estado. A zona Açucareira de Piracicaba, área onde o capitalismo agrário mais se desenvolveu e a presença de assalariados não só é importante numericamente, mas predomina absolutamente sobre o campesinato. Uma das zonas de policultura-criação, a de Apiaí, onde o feijão e o milho são as lavouras principais, os assalariados são poucos numerosos e os camponeses atingem 50 % da população ativa, o que é bastante para o Sudeste. Finalmente, as zonas "Altas" (Alta Paulista, Alta Sorocabana, Alta Noroeste) onde apesar dos pequenos proprietários, arrendatários e parceiros serem muito numerosos, sobretudo nas áreas do algodão e do amendoim, a pecuária extensiva vem se expandindo constantemente no lugar do café. Nesse sistema é frequente nas grandes propriedades, a entrega por alguns poucos anos, de terras a parceiros e arrendatários desde que estes deixem-nas em pasto para se deslocarem a uma outra parte da fazenda com o fim de repetir o sistema. Assim, na micro-região de Nova Alta Paulista, camponeses e assalariados se equilibram sendo bem pequeno o número de grandes e médios proprietários.

Conclusão

Se em todo o país o grau de proletarização da população agrícola fosse igual ao da zona açucareira de Piracicaba, por exemplo, o campesinato como classe independente teria um peso diminuto, e a "aliança com o campesinato", no sentido próprio da expressão seria um problema secundário, uma vez que entre o operariado industrial e agrícola não se trata de uma aliança de classes mas de uma questão de unidade da classe.

Tal não é o caso na maior parte das regiões agrícolas brasileiras. A aliança com o campesinato adquire, portanto, uma grande importância. Os pequenos proprietários, arrendatários e parceiros trabalham cada vez mais

para o mercado, sentindo muitas vezes diretamente a exploração dos monopólios que transformam seus produtos (1). A política econômica da Ditadura a serviço desses mesmos monopólios, tem aumentado o grau de exploração através de uma política de preços que atinge não só os camponeses pobres como, muitas vezes, mesmo os médios agricultores e capitalistas agrícolas.

Tendo em conta a experiência de outras revoluções, é de fundamental importância nunca se esquecer que os termos da aliança com o campesinato variam nos diferentes períodos revolucionários. Segundo as condições sociais e políticas existentes e segundo o grau de desenvolvimento do capitalismo agrário, a aliança pode abarcar o campesinato no seu conjunto ou apenas tais e tais camadas.

Na luta antimonopolista, antilatifundiária e antiimperialista do atual período revolucionário no Brasil, é preciso saber quem são os aliados potenciais do proletariado, além do semi-proletariado rural. Ora, sejam proprietários, arrendatários ou parceiros, tenham ou não uma exploração exclusivamente familiar, vendam com mais ou menos frequência sua força de trabalho, todas as camadas do campesinato compreendidas entre os semi-proletariado e os latifundiários e capitalistas, são seriamente atingidas pelo domínio dos monopólios e latifundiários e pela política ditatorial a seu serviço. Portanto, estão objetivamente interessadas em pôr fim a essa situação.

Uma política sectária em relação ao campesinato médio, arrastá-lo-ia para o campo de influência do grande capital e dos latifundiários.

A formação de uma larga frente contra a ditadura não implica na inexistência de contradições entre as classes e camadas que dela participarão. Ao mesmo tempo que conduz, junto a seus aliados, a luta contra o poder dos monopólios, o proletariado pode conduzir a sua luta de classe contra a burguesia no seu conjunto, desde que para isso conserve sua organização e ação independentes.

É preciso ter sempre presente que as condições da luta democrática e da luta socialista diferem essencialmente porque numa e noutra os operários terão infalivelmente aliados diferentes. Só o infantilismo esquerdista pode pretender que os aliados do proletariado no atual período revolucionário no Brasil são apenas aqueles que serão igualmente seus aliados na construção de uma sociedade socialista. O sectarismo em relação às camadas médias do campesinato que, mesmo que não venham a lutar pelo socialismo, são pela abolição do poder dos monopólios e dos latifundiários, pela derrubada da ditadura e pela democracia, leva necessariamente à não compreensão das aspirações do conjunto do campesinato pois as reivindicações por preços mais elevados para seus produtos, crédito, assistência técnica, terra, etc. lhes são comuns. Não ter em conta essas reclamações é isolar-se e empurrar o campesinato para as garras do inimigo.

É pois fundamental que na sua atividade política, os marxistas nunca percam de vista a necessidade dessa aliança, mesmo nas regiões onde o peso do campesinato é pouco expressivo. A importância de se evitar incidentes que só sirvam para agudizar contradições secundárias é evidente, sobretudo para quem pode observar, mesmo que de longe, a experiência chilena e o que está ocorrendo em Portugal

(1) Ver artigos sobre a produção de leite, carne, soja e trigo, em DEBATE números 14, 15 e 16.

QUADRO Nº 1 - TIPOLOGIA DA POPULAÇÃO ATIVA NO CAMPO -

GRUPO I	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C.OESTE	BRASIL
"Patrões"						
G/M Prop. ⁽¹⁾	23 174	219 038	333 941	287 267	111 843	975 263
Depend. s	<u>29 229</u>	<u>275 685</u>	<u>357 815</u>	<u>458 148</u>	<u>114 785</u>	<u>1 235 662</u>
S/T	52 403	494 723	691 756	745 415	226 628	2 210 925
GRUPO II						
"Campon.s"						
Peq. Prop.	47 960	770 482	549 393	893 516	91 653	2 353 004
Depend. s	55 082	850 649	508 597	1 363 657	88 505	2 866 490
Parceiros	1 484	105 143	144 768	111 986	16 838	380 219
Depend. s	(1 691)	(115 657)	(133 186)	(170 218)	(16 164)	(460 064)
Arrendt.s	1 163	36 808	39 469	30 325	4 374	112 139
Depend. s	<u>(1 325)</u>	<u>(40 488)</u>	<u>(36 311)</u>	<u>(46 094)</u>	<u>(4 199)</u>	<u>(135 688)</u>
S/T	108 705	1 919 227	1 411 724	2 615 796	221 733	6 307 604
GRUPO III						
"Prolet.s"						
Ass. Perm.s	23 957	254 505	427 540	196 558	72 590	975 150
Max. Temp.s	<u>141 512</u>	<u>2 071 922</u>	<u>2 757 158</u>	<u>1 134 209</u>	<u>740 048</u>	<u>6 844 849</u>
S/T	165 469	2 326 427	3 184 698	1 330 767	812 638	7 819 999
TOTAIS	326 577	4 740 377	5 288 178	4 691 978	1 260 999	16 338 528
EM PORCENTAGENS						
GRUPO I	16,0	10,4	13,1	15,9	18,0	13,5
GRUPO II	33,3	40,5	26,7	55,7	17,6	38,6
GRUPO III	<u>50,7</u>	<u>49,1</u>	<u>60,2</u>	<u>28,4</u>	<u>64,4</u>	<u>47,9</u>
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota - As cifras entre parêntesis foram calculadas através de médias referentes aos pequenos proprietários.

Fonte : Estatísticas Cadastrais

(1) aqui incluímos os 2,5 % dos minifundiários que empregam assalariados permanentes

QUADRO Nº 2 - TIPOLOGIA DA POPULAÇÃO ATIVA NO CAMPO.
Exemplos Estaduais (EM PORCENTAGENS)

ESTADOS	G ^{des.} e Médios Proprietários	Peq. Prop. Parc. e Arrendatários	Máximo de Assalariados
Maranhão	15,5	33,3	51,4
Piauí	10,0	38,7	51,2
Ceará	10,6	32,5	56,9
R.G.Norte	9,6	40,9	49,4
Paraíba	7,7	51,8	40,5
Pernambuco	8,4	45,1	46,5
Alagoas	5,3	34,1	60,5
Sergipe	6,5	49,6	43,8
Bahia	13,2	41,7	45,1
Minas Gerais	10,8	26,4	62,8
Espírito Santo	20,1	42,6	37,3
Rio de Janeiro	17,3	31,9	50,8
São Paulo	15,4	23,9	60,7
Paraná	16,4	40,5	43,0
Santa Catarina	17,4	70,7	11,9
R.G. do Sul	15,0	67,2	17,8
Mato Grosso	23,8	21,7	54,5
Goiás	17,8	15,0	67,2

Fonte : Calculado a partir dos dados cadastrais (1972). Ver Nota ao pé do Quadro nº 1

QUADRO Nº 3 - TIPOLOGIA DA POPULAÇÃO ATIVA NO CAMPO
Alguns Exemplos Ilustrativos (EM PORCENTAGENS)

MICRO-REGIÕES	G ^{des.} e Médios Proprietários	Peq. Prop. Parc. e Arrendatários	Máx. de Assalar.
<u>Est. R.G.do Sul</u>			
Colonial Sta. Rosa	3	92	5
Campanha	18	26	56
<u>Est. São Paulo</u>			
Açucareira de piracicaba	10	15	75
Nova Alta Paulista	10	45	45
Apiáí	33	50	17

Nota : Calculado a partir de dados Cadastrais e Censitários e através de algumas médias estaduais. Ver Observações no texto.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

V- Da greve de 1953 ao golpe fascista

ROLANDO FRATTI

Julgo indispensável repisar o tema da greve de 1953 na Capital de São Paulo. Geralmente cantam-se loas a esse acontecimento sem que se lhe dê a necessária importância e não se chega criticamente ao fundo da questão uns por não terem condições de avaliá-la devidamente, e outros porque ao terem que fazer autocrítica, preferem silenciar.

A greve dos 530 mil - após seis anos de "guerra fria", durante a qual os salários estiveram congelados e os sindicatos sob controle policial - não foi apenas um novo ascenso do Movimento Operário, foi também o início de um salto de qualidade, que fez do proletariado protagonista da história. O "Comando Geral da Greve" (CGG) foi a premissa de uma nova estrutura do Movimento Operário e constitui uma válida experiência não só para nós brasileiros como também para outros países da América Latina, visto que em muitos deles as belas siglas que, aparentemente, expressam unidade do movimento operário, verdadeiramente não passam de siglas e estão bem longe de significar unidade porque não são outra coisa senão a consequência de conchavos de cúpula e não o produto da massa em luta por seus direitos. Essa greve, como todos os episódios da luta de 1953 até 1968, apesar de ter sofrido um enfraquecimento com o golpe de 64, nasceu nas empresas. E por que? Ao ser posto fora da lei o Partido Comunista em 1947, foram cassados todos os mandatos dos Parlamentares eleitos na sua legenda; todos os sindicatos e cooperativas operárias foram ocupados e saqueados pela polícia; interventores e juntas governativas foram nomeados pelo Ministério do Trabalho para dirigirem os sindicatos. Somente 6 anos após, isto é, em 1953, foram realizadas eleições gerais nos sindicatos em todo o país. Assim, dada a inexistência de qualquer possibilidade de trabalho de cúpula, ganha corpo a organização de comissões sindicais nas empresas, principalmente nas metalúrgicas, ferrovias, portos e outras grandes empresas. Vê-se pois que nasceu com a violência resultante da explosão de um represamento de seis anos. Por isso a greve de 53 foi alvo da atenção e expectativa de todo o país. Foi rica de acontecimentos que envolveram milhares de operários contra bandos de policiais civis e militares, que pretendiam impedir as ações de agitação e propaganda e coleta de fundos realizada pelos "piquetões" de grevistas, como também comícios e debates durante os quais vinham à ribalta não somente as reivindicações econômicas da massa operária, mas igualmente os grandes temas da política nacional.

A organização do CGG (Comando Geral da Greve) foi o passo inicial de uma nova estrutura do Movimento Operário. Estrutura essa que fugia completamente ao controle ministerial e ao do peleguismo de todos os matizes. A massa operária, no fragor da luta, ia forjando a forma de organização mais compatível com suas necessidades e interesses de classe. Nesse processo, na Guanabara, formou-se o PUA - "Pacto de Unidade e Ação". Foi uma iniciativa dos sindicatos dos Têxteis, Metalúrgicos, Construção Civil e Marceneiros, e acabou obtendo o apoio de todos os demais, bem como o da Federação Nacional dos Ferroviários e da dos Marítimos. No ABC, com base nos Metalúrgicos, Têxteis, Construção Civil e Refinaria de Capuava, formou-se o PIS - "Pacto Inter-Sindical". Na Baixada Santista surgiu o "Fo-

rum Sindical de Debates" englobando todos os sindicatos, desde o dos Portuários, dos Metalúrgicos da Cosipa (Cubatão) e o dos assalariados agrícolas do Litoral Paulista, sediado em Itanhaém até o sindicato das manicuras e cabelereiras de Santos. Em Ribeirão Preto estruturou-se uma entidade que congregava os sindicatos urbanos e agrícolas da Zona da Mogiana. Igualmente o Comando Geral da Greve transformou-se em "Pacto Inter-Sindical" da Capital paulista. Finalmente na Guanabara surge o "Comando Geral dos Trabalhadores" (CGT). É o coroamento no plano estrutural das novas concepções do proletariado, que afirmando sua condição de protagonista, já não se limita a lutar somente por aumento de salário. Passa a exigir medidas contra a inflação que lhe engole os aumentos salariais, ainda antes destes serem conquistados, e as medidas que exigem são todas de conteúdo antiimperialista e antilatifúndio. É muito importante destacar que pela primeira vez na história da luta de classes no Brasil, o proletariado sente o problema camponês como coisa sua. Daí decorre o empenho dos sindicatos urbanos em apoiar o movimento camponês, apoio esse que se expressa através de encontros recíprocos de camponeses e operários. Por exemplo, os "fins de semana" no campo tornaram-se uma rotina na vida do sindicato. Neles os operários debatiam com os camponeses problemas de toda ordem, mas principalmente de organizar os sindicatos agrícolas, lutar pela extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador do campo, reforma agrária, organização de cooperativas, etc. Outra experiência válida de iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, foi a de enviar os ativistas sindicais - camponês de ontem - para passar as férias no campo e transmitir a seus irmãos as experiências das lutas na cidade.

Assim, a nova estrutura é em primeiro lugar, autenticamente democrática. Para participar dos debates nas reuniões plenárias era suficiente ser operário, nem mesmo a condição de ser sindicalizado era exigida. Os presidentes dos sindicatos eram membros natos das comissões executivas dos Pactos. As Resoluções eram matéria coletiva e a sua aplicação era obrigatória a todos os sindicatos. Estas particularidades faziam dos Pactos entidades antiburocráticas e dinâmicas por excelência, a ponto de mesmo pelegos dos chamados "Sindicatos Livres" Norte Americanos, como era o caso de Trajano José das Neves, dos Químicos de Santo André, - "pelegos" estes muito piores que os ministerialistas, pois são sevados pela indústria do anticomunismo - eram obrigados a aceitar as Resoluções dos Pactos, a fim de não sofrerem desgastes perante a massa.

Outra questão importante a levar em conta é que os Pactos não eram um escalão a mais, existiam no momento da reunião e a aplicação do que decidido era da exclusiva competência dos Sindicatos. Outra particularidade era o seu caráter unitário e imune às injunções partidárias: o mandonismo ali não funcionava. Enfim, o que se pode afirmar é que só a luta concreta contra o inimigo de classe pode proporcionar ao proletariado a sua própria forma de organização.

Ao lado do ascenso operário e com a inestimável ajuda deste se aprofunda e generaliza o Movimento Camponês. Das "Ligas Camponesas" de Julião, cuja atividade se limitava quase exclusivamente ao Nordeste, passa-se ao Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Estado do Rio, Minas Gerais, São Paulo, particularmente na Zona da Mogiana, Sorocabana e Litoral Sul. É um movimento multifacético, visto que o nosso camponês tem tudo a reivindicar. Já não são apenas os tradicionais "posseiros" que lutam em defesa das terras que tornaram produtivas. Agora luta-se pela extensão dos direitos

trabalhistas ao campo, por escolas e serviços médicos, por crédito ao pequeno agricultor, por preços mínimos à produção agrícola, etc.

Dois acontecimentos contribuíram decisivamente para enriquecer esse movimento: 1º - o Congresso Camponês de Belo Horizonte, 1962, foi o coroamento de uma série de "Encontros" locais e regionais. Dele participaram: 2 500 delegados eleitos em todo o país. Teve uma duração de seis dias e entre outras aprovou a organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), a luta pela Reforma Agrária "na Lei ou na Marra" e a aprovação pelo Poder Executivo (governo Jango) do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Como se sabe, o Estatuto ao contemplar reivindicações dos assalariados agrícolas, dos arrendatários e dos pequenos proprietários agrícolas, unificou num plano de ação comum essas três camadas que constituem a quase totalidade dos camponeses brasileiros, surgindo assim, pela primeira vez também, no movimento camponês brasileiro um poderosíssimo movimento unitário em plano nacional.

Convém acentuar sempre que também aqui a unidade das forças políticas jogou um grande papel; o entendimento entre Ligas, Partido Comunista, Organizações Católicas, Trabalhistas e outras, possibilitaram ampliar as lutas do Nordeste, onde as Ligas Camponesas, a partir de 1955, tiveram o mérito de despertar, organizar e levar os camponeses à luta, bem como de fazer propaganda da Revolução Cubana e do Marxismo. Essa unidade generalizou as lutas camponesas em todo o país, dando-lhe um sentido concreto, não condicionado aos conchavos de cúpula. Ocupavam as terras e obrigavam o governo a desapropriá-las. A ocupação e as greves foram as duas grandes formas de luta, cabendo destacar a greve de 200 mil camponeses do Nordeste, dos assalariados agrícolas e sitiantes, a qual foi denominada: "Greve dos Palmares", - Pernambuco - por ter-se iniciado ali.

O Movimento Operário e Camponês ganhou mais força com a atividade da UNE e da FPN - União Nacional dos Estudantes e Frente Parlamentar Nacionalista - esta contava com o apoio de 72 deputados federais, de Miguel Arraes e outros governadores, ministros, militares, etc. Em dado momento todas essas forças se uniram e, além de lutarem por suas reivindicações específicas, adotaram como palavra de ordem central a exigência de aprovação pelo Congresso das "Reformas de Base": Nacionalização e entrega aos camponeses das terras próximas aos grandes centros e à margem das estradas; Reforma Urbana; Reforma Universitária; Jurídica e Administrativa; Nova Política Exterior; Limitação da Remessa de Lucros; Controle do Capital Estrangeiro; Limitação dos Lucros; Reforma Agrária, Bancária e outras. Com essas medidas Jango entendia tirar o país da crise econômica em que se encontrava.

Enquanto se desenvolve impetuosamente o Movimento Popular sob a hegemonia do proletariado, vejamos o que se passava no Comitê Central do Partido Comunista, que tinha a responsabilidade de ser a força política hegemônica da Esquerda Brasileira.

O desaparecimento de Getúlio Vargas dá lugar a novas eleições. O Partido Comunista apoia Juscelino Kubitschek. Este, em sua plataforma promete respeitar as liberdades democráticas, bem como ter relações com todos os países. Num encontro com as lideranças sindicais se compromete assegurar a plena liberdade ao movimento operário.

Também o reacionário Ademar de Barros foi candidato, naturalmente aglutinou todas as forças mais reacionárias, as quais, uma vez derrotadas, ini-

ciam manobras para impedir a posse de Jucelino Kubitschek. O Marechal Lott, que fora Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, põe os tanques na rua e garante a posse do ex-governador de Minas Gerais. No primeiro ano do governo de Jucelino, a Comissão Executiva do Comitê Central, a pedido do Comitê Estadual de São Paulo, define assim o seu governo: "é um governo que pretende desenvolver o país com as portas abertas para o Imperialismo e estimulando a inflação como meio de aumentar a acumulação, já que não tem condições para congelar os salários". A nota termina afirmando que tal política levaria o país a um beco sem saída. Vê-se, pois, que a Comissão Executiva soube prever mas não prover. A previsão foi correta. Jucelino Kubitschek com sua política "desenvolvimentista" se, de um lado, assegurou as liberdades democráticas, o que contribuiu muito para o despertar da consciência das grandes massas, em seus múltiplos aspectos, de outro, tornou o país mais dependente do capital estrangeiro, o qual sempre com o apoio da burguesia local, na medida em que o ascenso de massas ia pondo em cheque seus privilégios e interesses de classe, provocou os meios para justificar o golpe.

Realmente a situação havia chegado a um ponto tal que só um golpe de caráter reacionário podia impedir que o país se libertasse e isto a Comissão Executiva não soube prever, limitou-se a afirmar que a situação chegaria a um beco sem saída. Uma invenção do marxismo caboclo, pois na luta de classes tal fenômeno não existe porque quando esta se exacerba, no final uma das partes sai vencedora.

Em 1958 Jucelino Kubitschek manda uma delegação à URSS. Declara que tem dois objetivos: pesquisar mercado e iniciar conversações para restabelecer relações diplomáticas. Isso provoca grande euforia no Comitê Central. Prestes deixa a rígida clandestinidade em que se meteu desde 1947 e reassume a direção do Comitê Central. Pouco depois aparece a "Declaração de Março de 58". Este documento ao querer corrigir aspectos esquerdistas do "Manifesto de Agosto", dá uma guinada para a direita. Diz que a revolução em curso é democrático-burguesa e como tal a hegemonia cabe à burguesia. É o cúmulo do dogmatismo. A burguesia brasileira fez a sua revolução, segundo seus interesses e as peculiaridades do Brasil, em 1930 e a partir daí entendeu que seu destino como classe exploradora está estreitamente condicionado à existência da burguesia norte-americana. Logo, ela tem uma posição política concreta e não tem nada de vacilante ou conciliadora como afirmou mil vezes o Comitê Central. Não estamos mais no século passado, estamos na fase, particularmente nós países dependentes da América Latina, em que ou se tem uma linha política que leve o proletariado a ser a força hegemônica da revolução, ou esses países serão cada vez mais explorados e dependentes do colosso do Norte.

Em 1960 realizou-se o V Congresso (pelos Estatutos deveria ser o XIX) . . . - Fui delegado a esse Congresso. A "Declaração de Março" foi transformada em Resolução e aprovada por uma maioria pré-fabricada. Nessa fase mais um punhado de companheiros abandonou o Partido: Pomar, Amazonas, Gra - bois, Jover Telles e Arruda, todos do Comitê Central, e muitos outros dos organismos inferiores. Estes, logo depois, organizam o PC do B. Este por sua vez terminou atrelando-se à China.

Logo depois do Congresso intensifica-se mais uma vez a política de remanejamento de quadros, que consiste em tirar de uma região para outra, bem como mudar de organismo, etc. É uma política que se faz nas fases de dura repressão para preservar os quadros, ou quando se quer impor uma mudança radical de linha política, que era o caso presente.

Na fase mais aguda da luta antiimperialista e antilatifúndio, quando a direita começa a pregar abertamente a necessidade do golpe (no governo Jango) "para salvar a nossa civilização cristã e ocidental", que se acha ameaçada "por esse peçonhento ninho de cobras que é o CGT", como diziam os porta-vozes do fascismo, exatamente nesse momento a Comissão Executiva lança a palavra de ordem: "se houver golpe o nosso Exército nacionalista e democrático o esmagará". Para sustentar essa afirmação argumentava que no correr da história o nosso Exército havia tomado várias vezes posições positivas. Isto é verdade, só que nessas vezes os interesses de classe do dominador estrangeiro e da "oligarquia local" não estavam em jogo como agora. Assim, essa palavra de ordem era mais um passo no charco direitista.

As consequências dessa posição de recuo foram, como não podia deixar de ser, altamente negativas: 1º- provocou confusão já que o recuo não foi fundamentado; 2º- provocou desencanto nas empresas e imobilismo nos sindicatos, a ponto de não terem condições de levar à prática uma palavra de ordem do CGT, que consistia "se houver golpe, greve geral", tanto que na Capital de São Paulo, 5 milhões de volantes com essa consigna não foram sequer distribuídos. Tal conduta da Comissão Executiva, pode-se afirmar, foi o início da grande debandada que culminou com a cisão de 1967.

Assim, na madrugada de 1º de abril de 1964, os 4 Comandos em que se dividiu o Exército Brasileiro, combinados com a Marinha, a Aeronáutica e as várias polícias políticas se puseram em marcha, declaram deposto Jango e os governadores que o apoiavam, ocuparam os sindicatos, as organizações estudantis e todas as demais organizações populares; fizeram milhares de prisões; destituíram centenas de oficiais das Forças Armadas; cassaram dezenas de mandatos; suspenderam direitos políticos; proibiram greves; congelaram os salários e, gradualmente, chegaram ao Ato número 5 de 13 de dezembro de 1968, completando assim a institucionalização do regime fascista e em consequência um tipo de governo militar fascista. É definido o governo militar fascista, visto que todo o poder emana do Poder Executivo, e dentro deste quem dá as cartas é o Conselho de Segurança Nacional, integrado pelos Chefes Supremos das Forças Armadas e presidido pelo ditador de turno.

Governo que mantém uma fachada democrática, com a qual engana o exterior e contenta a burguesia, pois dá-lhe chance de eleger governadores, senadores, deputados, vereadores e prefeitos. Mantém dois partidos: um oficial e outro que, ao aceitar as regras do jogo - e quem as dá é o Conselho de Segurança Nacional - faz conscientemente o papel de oposição consentida, isto é, de cúmplice, pois não defende nem os seus deputados e vereadores que têm sido cassados, e não porque estes sejam comunistas, pois a ditadura não cassa mandatos por isso, mas porque não respeitam as regras do jogo, coisa em que está interessada também a direção do "partido de oposição".

OUTROS ARTIGOS DE ROLANDO FRATTI PUBLICADOS EM DEBATE :

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO :

- I- "O Anarco-Sindicalismo" em São Paulo, Debate - 18
- II- Da "União Sindical" à "Aliança Nacional Libertadora", Debate - 19
- III- Do Levante de 35 à Constituinte de 46, Debate - 20
- IV- Da resistência antiditatorial à volta de Getúlio, Debate - 22.

DEBATE

ESTA À VENDA EM

PORTUGAL

Livraria Opinião
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

Livraria Leitura
Rua de Ceuta, 88 Porto

Centro do Livro Brasileiro
Rua do Ouro, 160 Lisboa

FRANÇA

Librairie Portugaise et Brésilienne
33, rue Gay-Lussac Paris 5

ITALIA

Libreria Rinascita
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

Libreria Internazionale Paesi Nuovi
pza. Montecitorio, 59-60 Roma

SUECIA

Bokcafét
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

NORUEGA

Tronsmo Bokhandel
Christian Augustsgt., 19 Oslo

CORRESPONDÊNCIA,
PEDIDOS DE ASSINATURAS,
NÚMEROS ATRASADOS:

DEBATE
c/o J. Bourderie
146, rue Montmartre
75002 Paris FRANCE